

DEUSES REIFICADOS: UMA SEMELHANÇA ENTRE KARL MARX E MACHADO DE ASSIS

SANTOS, José Diego Cirne (Mestrando – PPGL – UFPB)
GOUVEIA, Arturo (orientador)

Resumo: Este trabalho se propõe a traçar um paralelo entre a teoria marxista sobre o estreitamento do vínculo entre o pensamento religioso e a prática capitalista, no mundo moderno, e a escrita irônica de Machado de Assis, no romance *Dom Casmurro*. Se Karl Marx, em *Sobre a questão judaica*, identificou a propagação do pensamento reificado do judaísmo pelas relações político-econômicas do mundo capitalista, Machado de Assis mostrou como o pensamento burguês do protagonista do romance citado se manifesta nos momentos em que ele trata da imagem de Deus e das próprias práticas religiosas. A nossa proposta de estudo é fazer uma breve exposição do ensaio de Marx e investigar como o romance machadiano parece tratar de uma ideia semelhante, a partir da análise de algumas passagens da obra.

Palavras-chave: Religião; capitalismo; Karl Marx; Machado de Assis.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Escrito em 1843 e publicado inicialmente em 1844, o estudo de Karl Marx *Sobre a questão judaica* (2010) representa um amadurecimento seu em relação ao tom panfletário de suas primeiras obras e traz uma análise do judaísmo, no contexto da reivindicação pela emancipação civil dos judeus alemães.

Os dois ensaios presentes nessa obra se debruçam sobre os estudos de Bruno Bauer acerca da questão judaica e indicam uma postura diferente de Marx no tocante à questão: enquanto Bauer se detinha sobre os princípios teológicos do problema, o pensamento marxiano, já apontando para a lógica do materialismo histórico, discorre sobre os aspectos político-econômicos que envolvem o judaísmo na sociedade moderna.

O primeiro ensaio – *Bruno Bauer, Die Dudenfrage* (“a questão judaica”) – analisa e rejeita os argumentos de Bruno sobre o problema e disserta sobre a função do Estado em relação aos direitos humanos e à religião, concluindo que a emancipação política é um estágio da emancipação humana e que os judeus teriam direito à primeira porque não cabe ao Estado intervir nas escolhas religiosas do homem.

O ensaio que mais nos interessa é o segundo – intitulado *Bruno Bauer, “Die Fähigkeit der heutigen Juden und Christen, frei zu werden”* (“a capacidade dos atuais judeus e cristãos de se tornarem livres”) – já que aprofunda o exame da relação entre o Estado e a instituição religiosa, evidenciando como o pensamento judeu está presente nas relações mais íntimas do capitalismo moderno e como a ruptura entre o pensamento cristão e o judeu é apenas aparente, tanto nas relações seculares como nas práticas financeiras.

O romance escolhido aqui para as considerações críticas é *Dom Casmurro*, de Machado de Assis (2009), que, com seu estilo realista, revela, em alguns momentos de sua narrativa, uma visão de estreitamento entre o pensamento religioso e o econômico. Essa aproximação nos traz à lembrança o método marxista de análise das questões religiosas e mostra como Machado levou para as suas construções literárias o pensamento materialista.

O romance machadiano em questão mostra a lógica burguesa de Bento Santiago e sua família no trato com o imaginário religioso a partir da reificação das promessas e

de algumas reflexões coisificadas do personagem-narrador sobre sua relação com Deus e com a religião.

Após uma breve exposição da teorização marxiana, faremos a leitura de algumas passagens do romance para que haja o devido ajuste entre a teoria e a interpretação coerente desse texto literário.

2. A QUESTÃO JUDAICA

Como dissemos anteriormente, o segundo ensaio de *Sobre a questão judaica* (2009) é o objeto de nosso interesse, por isso, deter-nos-emos apenas nele e faremos uma diminuta exposição do que é mais marcante nas ideias de Karl Marx sobre as intimidades entre a religião e o sistema econômico.

Em “a capacidade dos atuais judeus e cristãos de se tornarem livres”, a primeira ideia de Bruno Bauer refutada por Marx é a de que a liberdade é mais fácil para o cristão do que para o judeu (2009; p. 54-55): “[...] Bauer transforma, portanto, a questão da emancipação dos judeus em uma questão puramente religiosa”. Como podemos perceber, a principal divergência entre uma linha de pensamento e a outra é que, para Karl Marx, o problema da questão do judeu deve ter uma discussão político-econômica e não teológica.

Se para o pensador idealista, o judeu deveria abandonar o judaísmo e praticar um “cristianismo dissolvido” para ter direito à liberdade, para o crítico materialista o judeu não pode ser visto apenas através do judaísmo (2009; p. 55-56):

Tentaremos romper com a formulação teológica da questão. A pergunta pela capacidade de emancipação do judeu se transforma para nós na seguinte pergunta: qual é o elemento social específico a ser superado para abolir o judaísmo? Pois a capacidade de emancipação do judeu moderno equivale à relação do judaísmo com a emancipação do mundo moderno. Essa relação resulta necessariamente da posição especial assumida pelo judaísmo no atual mundo escravizado.

Aqui temos o centro do debate proposto por Marx: a percepção dialética do cotejo entre a religião e o sistema social, ou seja, entre o judaísmo e o mundo moderno capitalista. O que interessa agora não é mais o “judeu sabático”, como para os idealistas hegelianos, mas o “judeu secular”, que tem como fundamento cotidiano prático o interesse pecuniário nos negócios (2009; p. 56).

A verdadeira independência almejada pelos judeus, como premissa para a emancipação humana, deveria ser o rebaixamento do dinheiro da condição de “divindade” e o abandono do culto aos negócios – práticas resultantes de um processo histórico que tornou os judeus culminantemente isolados em sua autoalienação (2009; p. 56).

Há, entretanto, um ponto em que os dois pensadores não se distanciam de todo, como observamos neste comentário do *Dicionário do pensamento marxista* (2001, p. 203):

[...] Havia, porém, uma questão social, e Marx concordava com Bauer quanto a que, se os judeus, que representavam, numericamente, um segmento insignificante da população (mais ou menos 1%), podiam ainda sim exercer uma influência totalmente desproporcional ao seu

número, isso se devia à sua concentração tradicional no comércio, posição que lhes dava um poder político real.

Bruno Bauer chega até a notar que há uma contradição entre o fato de o judeu ser apenas tolerado em Viena e, mesmo assim, possuir uma relevância entre os grupos industriais europeus, alheios às segregações da tradição religiosa. Todavia, coube a Karl Marx aprofundar, com sensibilidade às vicissitudes das relações econômicas crescentes por todo o mundo, o pensamento sobre a propagação do aspecto capitalista judeu – concebendo-o, inclusive, como uma emancipação à maneira judaica (2009; p. 56): “[...] o dinheiro assumiu o poder sobre o mundo e o espírito prático do judeu se tornou o espírito prático dos povos cristãos. Os judeus se emanciparam na mesma proporção em que os cristãos se tornaram judeus”.

Após identificar a presença e a propagação do espírito judeu pelo mundo cristão ocidental, o autor dos *Manuscritos econômicos e filosóficos* traça um paralelo entre o judaísmo e o cristianismo, cuja conclusão ressalta que o primeiro nunca se afastou do segundo e se manteve sempre como uma referência de crítica e dúvida ao cristianismo, atingindo o acme de seu desenvolvimento na sociedade cristã através da história, sendo ainda produto da própria sociedade burguesa (2009; p. 57).

Vejamos como a relação entre o judeu e o dinheiro é destacada (2009; p. 58):

O dinheiro é o deus zeloso de Israel, diante do qual não pode subsistir nenhum outro. O dinheiro humilha todos os deuses do homem – e os transforma em mercadoria. O dinheiro é o *valor* universal de todas as coisas, constituído em função de si mesmo. Em consequência, ele despojou o mundo inteiro, tanto o mundo humano quanto o da natureza, de seu valor singular e próprio. [...] O Deus dos judeus se secularizou e se tornou o Deus do mundo.

Como podemos perceber, Marx, indo do que é típico do judeu ao que se tornou universal, concebeu que a essência humana foi reificada pela prática egoísta das necessidades e que o dinheiro não só se humanizou, mas atingiu o patamar da onipotência divina, enquanto o homem virou mercadoria.

A alienação é o grande resultado desse processo de inversão de valores e o homem, ao perder a noção de si e do que lhe rodeia, passa a desenvolver o senso de que tudo deve ser tratado através da “dominação da propriedade privada” (2009; p. 58): a natureza, a arte, a história, a nacionalidade e, claro, a religião.

A lógica marxiana nos diz também que o judaísmo não se desenvolveu como religião, no sentido dogmático, mas procurou crescer dentro do mundo moderno que lhe rodeava com as suas relações e criações, transformando-se assim na religião cuja verdade é a *práxis* dos interesses materiais, em que a venda é o suporte de constituição da alienação (2009; p. 59).

Antes de encerrar seu ensaio defendendo que a sociedade pode se emancipar do judaísmo, caso consiga preterir o mundo dos negócios e finalmente aposte no desenvolvimento humano da existência (2009; p. 60), Karl Marx retoma a questão do judaísmo em relação ao cristianismo, a qual, a nosso ver, é um dos pontos que autorizam que se discuta a exposição sobre a questão judaica como uma reflexão geral sobre o papel da religião na sociedade moderna.

A dialética da explanação pode até confundir: o cristianismo é oriundo do judaísmo e neste se dissolveu; o cristão era, originalmente, um judeu que acabou retornando à condição original por meio da prática; o cristianismo é a sublimação do

judaísmo enquanto este é a aplicação prática do primeiro; o egoísmo cristão da bem-aventurança celeste tem o mesmo princípio de realização do egoísmo judaico de aproveitamento das necessidades materiais terrenas (2009; p. 59-60).

Em suma, o rompimento do cristianismo com o judaísmo é considerado, mais uma vez, apenas no nível da aparência já que a *práxis* de autoalienação do homem cristão é originada na mentalidade secular judaica.

Embora uma parcela considerável da crítica interessada em discutir os comentários de *Sobre a questão judaica* tenha se debruçado muito e ainda se debruce sobre a possibilidade de se identificar ou não um pensamento antisemita na linguagem, não raro, descomedida de Marx sobre o judaísmo, o que nos interessa aqui é como o autor de *O capital* soube traçar um diagnóstico preciso das relações funcionais das religiões com a sociedade, sobretudo, no tocante às questões econômicas.

Tal teorização nos permitirá realizar com mais pertinência uma leitura interpretativa de textos literários que ligam alguma ideia religiosa a uma sugestão financeira, como faremos, no próximo momento deste ensaio, por exemplo, com o estudo do capítulo de *Dom Casmurro* em que Bentinho explica a promessa de mil padre-nossos e mil ave-marias para não entrar no seminário (2009; p. 48-49).

3. DOM CASMURRO

O que nos interessa em *Dom Casmurro* é mostrar como o tom elegante da fina ironia machadiana, junto com a sua expressão realista, realiza-se em uma visão satírica da tradição religiosa.

Nesse romance, podemos ver como essa sátira aparece, em vários momentos, através da associação vertical entre os símbolos religiosos e os padrões reificados do mundo capitalista moderno. Esse tipo de associação pode ser representativa, no nível simbólico das construções literárias, do pensamento marxiano de *Sobre a questão judaica*, o qual prescreveu a lógica secular das religiões no universo capitalista das relações humanas.

Embora se saiba que a ligação entre a religião e o pensamento capitalista esteja presente em alguns textos de Machado de Assis como ironia às tradições institucionais da sociedade, como nos célebres contos “Entre santos” e “A igreja do Diabo”, em *Dom Casmurro* se nota a insistência nessa junção em vários capítulos da obra – o que nos levou a reconhecê-la como um dos paradigmas de compreensão dessa narrativa.

Ao analisar a “desfaçatez de classe” presente na ironia inicial de Brás Cubas à Bíblia, quando compara o seu romance ao Pentateuco; diz Roberto Schwarz em *Um mestre na periferia do capitalismo* (2000; p. 21):

Longe de ser presunçoso, o paralelo com as Escrituras é fruto de outro sentimento muito mais inconfessável: trata-se da satisfação maligna de rebaixar e vexar, de anunciar que os desplantes do narrador não vão se deter diante de nada, que não ficará pedra sobre pedra, [...] a intenção é passar da conta. É claro que o efeito literário não está nas gracinhas ou na profanação tomadas separadamente, mas na súbita intimidade que estabelece entre as duas, e na sua sucessão. [...]

O entendimento de que o rebaixamento da Bíblia à condição de chiste é resultado de uma condição soberana de classe e já estrutura o tom de escárnio que a linguagem ferina do narrador apontará contra tudo e contra todos durante a narrativa nos é revelador. E Bento Santiago representa o mesmo descaramento burguês de Brás

Cubas? A nosso ver, sim. E deslocaremos, respeitando as diferenças estruturais entre os dois romances, essas questões pontuais para a interpretação de algumas “relações capitais” entre o filho de dona Glória e Deus, por exemplo.

A tese de que a visão coisificada das relações teístas é fruto de uma questão de classe social também é ratificada em um comentário específico sobre *Dom Casmurro* do mesmo crítico. Diz Schwarz sobre a posição de centralidade e de propriedade patriarcais exercidas, inicialmente, por dona Glória, com consequências óbvias sobre a formação de Bentinho (1997; p. 18):

[...] A dominação toma a forma de autoridade paternal, e a subordinação, de respeito filial, ambas tingidas de devoção religiosa, já que o bom exemplo vem da relação com Deus-Padre. A preeminência dos motivos católico-familiares empurra para uma decorosa clandestinidade as razões estritamente individuais e econômicas, que nem por isso deixam de existir, na forma mesmo que o capitalismo e o liberalismo oitocentista haviam criado. [...]

O trecho comenta a contradição entre a classe burguesa e os seus valores patriarcais, típicos da mentalidade provinciana brasileira. Tal contraste acaba carregando o estreitamento entre o pensamento econômico e a lógica religiosa para o plano das aparências marginais. Porém, a narrativa descomprometida de Bentinho vai desconstruir os tabus de sua formação recalcada e evidenciar a essência de sua *práxis* capitalista em vários episódios relatados.

Os episódios que serão destacados nesta breve análise para a comprovação da presença do vínculo entre o pensamento pecuniário e a manifestação religiosa se apresentam principalmente em dois momentos da vida do protagonista: na adolescência, o imbróglio que envolve a sua entrada no seminário, a sua tentativa de fugir do destino prometido e a solução encontrada por Escobar para a saída do seminário; e, na maturidade, a espera pelo filho após o casamento com Capitu.

Vejamos primeiro um excerto do capítulo XX, precisamente o momento em que o narrador comenta o motivo de ter prometido rezar “mil padre-nossos e mil ave-marias”, caso José Dias conseguisse livrá-lo da ida para o seminário (2009; p. 48-49):

Realmente, a matéria do benefício era agora imensa, não menos que a salvação ou o naufrágio da minha existência inteira. Mil, mil, mil. Era preciso uma soma que pagasse os atrasados todos. Deus podia muito bem, irritado com os esquecimentos, negar-se a ouvir-me sem muito dinheiro... [...] Cogitei muito no modo de resgatar a dívida espiritual. Não achava outra espécie em que, mediante a intenção, tudo se cumprisse, fechando a escrituração da minha consciência moral sem *deficit*. [...]

Bentinho acumulara promessas antigas e estava aflito para conseguir a atenção de Deus para a sua causa, como confirma a hipérbole utilizada em “não menos que a salvação ou o naufrágio da minha existência inteira”, e esse desespero adolescente talvez o tenha levado à soma de “milhares” de orações. Mas, o que primeiro nos põem atentos é o vocabulário ligado a uma transação financeira como “pagasse”, “atrasados”, “muito dinheiro”, “dívida”, “fechando a escrituração” e “*deficit*”.

O rebaixamento de Deus não está aqui apenas na personificação, ele também é representado como um credor voraz que exige o acréscimo de juros aos seus devedores,

como maneira única de resgatar as “dívidas espirituais” das pessoas. A divindade onipotente fecha os olhos e os ouvidos àqueles que, em uma lógica bancária, estão com as contas em aberto e necessita de alguma recompensa usurária para lhes conceder alguma nova graça.

A equiparação entre as orações e o capital em “negar-se a ouvir-me sem muito dinheiro” é revelador da definição financista dos dogmas religiosos, como tratou Marx acerca do comércio judeu, na mente do jovem alienado que já tem a sua “consciência moral em *deficit*”. Daí a obsessão pelo grande número “mil, mil, mil”.

Ainda na prática das promessas, que cada vez mais o endividavam, o jovem Santiago, já no seminário, tenta negociar com Deus o perdão pelo pecado de ter desejado a morte da mãe, que estava doente e mandara lhe chamar, como meio de sair do seminário (2009; p. 113):

[...] Então, levado do remorso, usei ainda uma vez do meu velho meio das promessas espirituais, e pedi a Deus que me perdoasse e salvasse a vida de minha mãe, e eu lhe rezaria dois mil padre-nossos. Padre que me lê, perdoa este recurso; foi a última vez que o empreguei. A crise em que me achava, não menos que o costume e a fé, explica tudo. Eram mais dois mil; onde iam os antigos? Não paguei uns nem outros, mas saindo de almas cândidas e verdadeiras tais promessas são como a moeda fiduciária, – ainda que o devedor as não pague, valem a soma que dizem.

Depois de pensar que poderia dizer toda a verdade à mãe sobre o que havia desejado e logo ter desistido, Bentinho recorre ao pensamento mercadológico sobre Deus e, sem ter sanado ainda a dívida dos “mil”, chegou à incrível soma de “dois mil padre-nossos”, que abarcaria, provavelmente, o milhar inicial da promessa do capítulo XX e mais mil orações para lhe curar o “remorso” com a melhora de saúde da mãe.

O vocativo aos “padres leitores” e o posterior pedido de perdão são discretos, mas indicadores da consciência de transgressão das relações dogmáticas com o divino. Reitera-se a percepção de que o narrador trata os atos religiosos como transações capitalistas no final da passagem, onde o jovem transgressor se diz uma “alma cândida e verdadeira” e, no entanto, usa o símile para igualar as orações prometidas a papel-moeda na expressão “moeda fiduciária”.

Dois capítulos à frente, após a melhora da mãe, o jovem Bento vai à missa com o propósito de se reconciliar com Deus. Vejamos (2009; p. 115):

[...] Nem era só pedir-lhe perdão do pecado, era também agradecer o restabelecimento de minha mãe, e, visto que digo tudo, fazê-lo renunciar ao pagamento da minha promessa. Jeová, posto que divino, ou por isso mesmo, é um Rothschild muito mais humano, e não faz moratórias, perdoa as dívidas integralmente, uma vez que o devedor queira deveras emendar a vida e cortar nas despesas. Ora, eu não queria outra coisa; dali em diante não faria mais promessas que não pudesse pagar, e pagaria logo as que fizesse.

Notemos que o agradecimento pela melhora da mãe vem acompanhado de dois pedidos de perdão: o primeiro é dirigido à divindade e se refere à desculpa espiritual pela ofensa de ter desejado a morte da própria mãe; o segundo é dirigido ao credor e se refere à remissão das dívidas acumuladas. Essa duplicidade da visão de Deus nos faz

lembrar mais uma vez Karl Marx e sua percepção de que o sistema social vigente elevou o dinheiro ao patamar do sagrado.

Já constatamos que, para melhor estruturar a equiparação entre a religião e a economia, a figura de Deus é rebaixada à personificação, recurso repetido na denominação “Jeová” e agravado no confronto zombeteiro com o banqueiro judeu Rothschild. Lembrando ainda que “Jeová” é uma denominação hebraica de Deus, estaria Machado de Assis reconhecendo, como Marx, que a equiparação entre o dinheiro e a religião é fruto oriundo da cultura judaica? Podemos crer que sim, sem muitos riscos de estarmos errados.

No capítulo LXXX, ao relatar a demora proposital de sua mãe para enviá-lo ao seminário, Bentinho assim define Deus (2009; 126): “[...] o credor era arquimilionário, não dependia daquela quantia para comer, e consentiu nas transferências de pagamento, sem sequer agravar a taxa do juro”. Aqui, como podemos ver, a promessa é vista, mais uma vez, como um negócio financeiro e Deus é símbolo de riqueza material, apesar de ainda apresentar um sentimento amoroso de não querer acrescentar ao valor da dívida os juros pela demora do pagamento. Essa contradição é a realização imagética do dualismo referente a Deus na mentalidade religiosa do narrador, já reificada.

A solução encontrada por Escobar, no capítulo XCVI, para que Bentinho pudesse sair do seminário é ímpar (2009; P. 144): “– Sua mãe fez promessa a Deus de lhe dar um sacerdote, não é? Pois bem, dê-lhe um sacerdote, que não seja você. Ela pode muito bem tomar a si algum mocinho órfão, fazê-lo ordenar à sua custa, está dado um padre ao altar, sem que você...” O pensamento comercialista do amigo só reafirma a visão da promessa da mãe de Bento para Deus como um contrato, o qual permitiria a substituição matemática do filho amado por um órfão desconhecido, que, reificado em moeda de troca, não será, sequer, denominado na narrativa.

Já na maturidade, casado com Capitu, Bento conversa com Escobar, no capítulo CIV, sobre a sua tristeza por não ter filhos e ouve o amigo (2009; p. 154):

— Homem, deixa lá. Deus os dará quando quiser, e se não der nenhum é que os quer para si, e melhor será que fiquem no Céu.

— Uma criança, um filho é o complemento natural da vida.

— Virá, se for necessário.

Não vinha. Capitu pedia-o em suas orações, eu mais de uma vez dava por mim a rezar e a pedi-lo. Já não era como em criança; agora pagava antecipadamente, como os aluguéis da casa.

É interessante notar como há uma inversão em um ponto da relação de Bentinho com Deus: adulto, ele já não pedia, antes, para pagar com as rezas, depois; as orações, agora, antecipavam a graça almejada de ter um filho. Por julgar que não tinha mais crédito com o Senhor ou por ter desenvolvido um pensamento mais maduro na lógica monetária, que pressupunha o “dinheiro” antes de tudo, o protagonista inverteu a ordem da “negociação”, embora, não se possa negar que o tratamento dado à questão esteja ainda dentro de uma lógica pecuniária, como confirma a comparação “agora pagava antecipadamente, como os aluguéis da casa”.

Ainda uma última vez, em uma das aparentes digressões da narrativa, o texto discorre sobre as quebras de juramentos e, ao tratar da possível sentença da alma ao purgatório, assim define esse local de expiação (2009; p. 167): “[...] Purgatório é uma casa de penhores, que empresta sobre todas as virtudes, a juro alto e prazo curto. Mas os prazos renovam-se, até que um dia uma ou duas virtudes medianas pagam todos os pecados grandes e pequenos”. Como se vê nos termos, alguns até repetidos em outros

momentos, como “casa de penhores”, “empresta”, “juro”, “prazo” e “pagam”, a junção entre o pensamento ligado ao capital e os símbolos religiosos é um procedimento ideológico que impregna todo o romance, mostrando, no estrato micro, a reprodução de uma lógica espalhada pela modernidade capitalista, como constatou o autor de *Sobre a questão judaica*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição dos conceitos críticos de Karl Marx sobre o problema das emancipações política e humana dos judeus e sobre a contradição entre o suposto isolamento do povo judeu e a sua grande influência sobre a economia ocidental, incluindo-se aí até o mundo cristão, serviu-nos, principalmente, para que se veja que as manifestações humanas são sempre passíveis de uma análise político-social – inclusive, as relações religiosas – e que não há nenhuma manifestação social ou cultural que não se tenha maculado nas reificações do capitalismo.

Em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, tentamos apresentar como o pensamento da classe burguesa leva as convenções tradicionais da sociedade brasileira, ainda imbuída dos arcaísmos patriarcais, a terem uma sugestão de negociação, de que não escapa nem o tratamento da crença em Deus.

Com isso, destacamos que os pontos mais relevantes do nosso breve artigo são mostrar que um pensamento sociológico pode servir como base teórica à análise da crítica literária, sobretudo, quando a categoria analisada for o estreitamento entre a religião e a sociedade; e expor uma semelhança paradigmática entre os pontos de vista de Karl Marx e Machado de Assis, respeitadas as diferenças contextuais.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. **Dom casmurro**. São Paulo: Ática, 2009.
- _____. **Melhores Contos**. Seleção Domício Proença Filho. São Paulo: Global, 2001.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SCHWARZ, R. **Duas meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.